

Visões sobre pobreza e exclusão social: conceitos teóricos e percepções pessoais de profissionais da área social

Patrícia Ribeiro, José Alberto Correia, João Caramelo

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal, E-mail: pdce11028@fpce.up.pt.

Resumo: Este artigo resulta duma tentativa de colocar em diálogo diferentes fontes/discursos sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social, nomeadamente entre as visões de 20 profissionais que intervêm na área social, concetualizações teóricas e outros dados empíricos sobre estas problemáticas. As questões que orientaram esta análise prenderam-se com a definição de pobreza e exclusão social, quais os indivíduos/grupos que se enquadrariam nessas categorias e, também, quais os principais fatores/causas que conduzem/explicam estes fenómenos. Em termos gerais, as visões dos profissionais entrevistados sobre estas problemáticas não colidem com as concetualizações mais teóricas apresentadas, compreendendo-se que, embora distintas e distinguidas, têm ambas múltiplas causas e abarcam diferentes atores, refletindo a própria complexidade destes fenómenos sociais. Apesar de existirem dimensões/causas comuns identificadas em ambos os fenómenos (vulnerabilidades pessoais, intergeracionalidade, situações de privação), claramente emergiu como distintiva a dimensão simbólica presente na problemática da exclusão social, quer por referências a preconceitos/estereótipos existentes na sociedade, quer por um processo de autoexclusão.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão social, Concetualizações teóricas, Visões pessoais.

Title: Visions on poverty and social exclusion: theoretical concepts and personal perceptions of social work professionals

Abstract: This article tries to put in dialogue different sources and discourses related to poverty and social exclusion, considering in particular the visions of 20 social workers, theoretical conceptualizations and data from another studies. The questions that guided this analysis were related to the definition of poverty and social exclusion, identification of the individuals/groups that fall into the categories of poor and socially excluded, as well the causes that lead to or explain those social phenomena. In general terms, the visions of the social workers do not collide with the presented theoretical conceptualizations. Poverty and social exclusion are distinguished phenomena, both with multiple causes and actors, which reflect the complexity of those social problems. Although similar dimensions and causes were identified in both phenomena (personal vulnerabilities, intergenerationality, deprivation situations), a symbolic dimension, that is not present on poverty, clearly emerged on social exclusion, expressed on social prejudice/stereotypes and in a process of self-exclusion.

Keywords: Poverty, Social exclusion, Theoretical conceptualizations, Personal perceptions.

Título: Puntos de vista sobre la pobreza y la exclusión social: conceptualizaciones teóricas y percepciones individuales de profesionales sociales

Resumen: En este artículo tratamos de poner en diálogo distintos discursos sobre la pobreza y la exclusión social, en particular las percepciones de 20 profesionales sociales, conceptualizaciones teóricas y otros datos empíricos. Las preguntas que guiaron el análisis fueron la definición de la pobreza y exclusión social; quiénes son las personas pobres y excluidas y también cuáles son las causas de estos problemas. Se concluye que las percepciones de los profesionales sociales no son muy distintas de las conceptualizaciones teóricas presentadas, puesto que la pobreza y la exclusión social son problemas complejos con múltiples causas y actores sociales. En ambos fenómenos se presentan causas comunes (vulnerabilidades personales, carácter intergeneracional, situaciones de privación); pero la dimensión simbólica de la exclusión es una distintiva dimensión del problema de la exclusión social, debido a prejuicios y estereotipos en la sociedad, ya sea un proceso de exclusión del uno mismo.

Palabras clave: Pobreza. Exclusión social. Conceptualizaciones teóricas. Percepciones individuales

1. Introdução

As problemáticas da pobreza e da exclusão assumiram uma centralidade significativa num mundo caracterizado por fortes ambiguidades em termos económico-sociais. A propósito de ambos os constructos, diferentes discursos (dos políticos, legisladores, técnicos, excluídos, etc.) e abordagens (sociológica, política, económica, psicológica, etc.) podem ser enunciados e adotados.

Nos campos da pobreza e da exclusão temos de lidar, também, com opiniões, com crenças pessoais, muitas vezes sustentadas em experiências individuais que levam à representação destes fenómenos sociais, sendo muitas vezes difícil distinguir o discurso dos factos do discurso das opiniões. Paugam (2003), num estudo por si conduzido, salientou que muitos dos entrevistados que classificou como indivíduos frágeis e assistidos, evocavam os “falsos pobres” como aqueles que, ao contrário deles mesmos, se aproveitariam da assistência e não fariam esforços para se autonomizarem. Assim, aqueles que poderiam ser designados como os atores principais envolvidos nestas problemáticas, entre si desenvolvem perceções/opiniões sobre os fenómenos que os afetam, a si e a outros, produzindo para o efeito categorias próprias de inteligibilidade do mundo e da sua condição nele.

Contudo, consideramos que, na análise de fenómenos sociais que revelam uma complexidade que provém da própria multiplicidade de atores que neles se movimentam, será importante encarar esses mesmos fenómenos sociais como processos interativos entre quem os pensa, quem os estuda e quem os vive.

Os estudos atuais em Portugal na problemática da pobreza e exclusão social centram-se, sobretudo, nos beneficiários de prestações sociais ou adultos em processos de educação/formação (Hespanha & Matos, 2000; Rodrigues, 2006; Lousada, 2008; Amaro, 2009; Botelho, 2010; Dias, 2010; Teixeira, 2012) não havendo um corpo de conhecimentos tão consolidado para a compreensão dos discursos dos profissionais da área social que também se movimentam como atores destes/nestes cenários.

Desta forma, considerou-se importante o desenvolvimento de investigação envolvendo profissionais da área social, em contextos locais, no sentido de contribuir para um aprofundamento do conhecimento sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão.

No âmbito de uma investigação de doutoramento em Ciências da Educação, constituiu-se como um dos principais objetivos compreender como num território específico, o concelho de Espinho, se constroem localmente os discursos sobre a pobreza e a exclusão social. Tendo em conta dados empíricos já recolhidos, neste artigo irão ser apresentadas as visões de 20 profissionais da área social que intervêm em Espinho, acerca do que entendem por pobreza e por exclusão social, quem pertence às categorias de pobres e excluídos e quais os principais fatores/causas que conduzem/explicam estes fenómenos.

Teve-se em conta que o papel das ciências sociais é, em última análise, “o trabalhar o saber de que as pessoas são portadoras e não o de produzir saberes sobre as pessoas coisificadas que elas não seriam capazes de saber” (Berger, 2009, p.178), pelo que, neste sentido, a tarefa do investigador na construção de saber, foi, precisamente, ir procurar e recolher junto daqueles que vivem e se movimentam numa parte destes fenómenos, o discurso de que são portadores.

A estrutura deste artigo tentará colocar em diálogo múltiplas fontes de evidências, refletindo o debate entre as visões dos profissionais da área social, considerações

teóricas de autores sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social e outros dados empíricos sobre estas problemáticas.

No sentido de tornar mais clara esta tentativa de conjugação de diferentes fontes de dados, numa primeira parte irá proceder-se à distinção concetual entre pobreza e exclusão social, através de uma breve revisão bibliográfica sobre as problemáticas.

Num segundo momento irão apresentar-se as principais categorias de análise que emergiram dos discursos dos profissionais entrevistados, realizando-se, sempre que se afigure como pertinente, a sua comparação com dados provenientes de outros estudos empíricos e/ou concetualizações teóricas sobre as problemáticas.

Num último momento serão tecidas considerações finais sustentadas na articulação entre os diferentes discursos incorporados neste artigo.

2. Das dicotomias da pobreza à multiplicidade de exclusões

A pobreza é um conceito que tem vindo a ser abordado a partir de várias dicotomias: pobreza absoluta/relativa, velha/nova pobreza, pobreza objetiva/subjetiva, pobreza temporária/geracional, entre outras (Rodrigues, et al., 1999), construídas na base de critérios evidentemente distintos.

Ao mesmo tempo, a multidimensionalidade da pobreza é igualmente uma questão que tem sido bastante invocada na literatura, uma vez que indica que a situação de carência acontece em vários domínios (Capucha, 2005).

Apesar de poder e ser percecionada em diferentes/múltiplas categorias, a noção de pobreza tem sido frequentemente associada à noção de privação: privação de recursos (más condições de vida, não satisfação das necessidades básicas), privação social (ausência de laços sociais/relações significativas), privação laboral, entre outras, que poderão conduzir a uma situação de privação profunda que pode afetar dimensões da personalidade do indivíduo (baixo nível de aspirações, conformismo, falta de iniciativa, enfraquecimento da autoconfiança, modificação da rede de relações, perda de identidade social/pessoal) (Bruto da Costa, 1998).

Já desde os anos 90 se considerou, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, que a pobreza seria uma grave privação das necessidades humanas básicas, incluindo a alimentação, segurança, água potável, saneamento básico, saúde, habitação, educação e informação (Rodrigues et al., 1999), sendo esta a noção de pobreza absoluta.

Ao mesmo tempo, e embora seja um fenómeno complexo de mensurar, esforços têm sido realizados pelos poderes políticos mundiais para quantificar a pobreza, tendo-se definido um limiar no qual se enquadram milhões de pessoas no mundo e que enquadra a designada pobreza relativa, isto é, a pobreza perante os padrões gerais da sociedade (Idem). A quantificação da pobreza tem permitido, assim, obter estatísticas sobre o aumento do número de pobres no mundo e, também, em cada país, nomeadamente Portugal.

A avaliação da política social a nível europeu é feita a partir exclusivamente dos rendimentos monetários dos indivíduos (Rodrigues, 2009), pelo que a noção de pobreza mais utilizada na União Europeia assume essencialmente um carácter económico, sendo considerado pobre quem detém um nível igual ou inferior a metade do rendimento per capita do seu país. Nesta perspetiva, a pobreza seria um fenómeno mensurável através de indicadores ditos seguros (Rego, 2010).

Apesar desta tendência política para se centrar a definição de pobreza em abordagens mais socioeconómicas (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes e Januário, 1999), existem autores que privilegiam o carácter de privações múltiplas da pobreza, nomeadamente Bruto da Costa (1998), que considera que a pobreza é uma “*situação de provação resultante da falta de recursos*” (p.27). Esta situação de múltiplas privações é, assim, frequentemente associada à pobreza, havendo não só características que poderão ser associadas ao indivíduo pobre, como também categorias sociais mais comumente afetadas por essa problemática.

Já nos anos 90, Almeida (1993) identificava categorias sociais mais atingidas/ameaçadas pela pobreza, nas quais incluía agricultores de baixos rendimentos, assalariados com remuneração próxima do mínimo nacional, trabalhadores precários/da economia informal, desempregados e jovens de baixa qualificação à procura do primeiro emprego.

Uma das características associadas ao indivíduo pobre é o seu baixo nível de instrução, condicionador da situação de pobreza. O número de anos de educação surge como uma variável importante na aferição da incidência da pobreza em Portugal, sendo que os estudos revelam que a taxa de pobreza diminui consistentemente à medida que aumenta o número de anos de escolaridade completa do representante do agregado (Alves, 2009). Pode sustentar-se, então, a existência de uma correlação que sugere que há indivíduos pobres que o são devido às suas baixas qualificações escolares e profissionais (Dias, 2010).

Outra das características identificadas é o carácter intergeracional da pobreza (Bruto da Costa, 1998), sendo uma das categorias mais presentes em indivíduos/famílias pobres a adaptação a círculos de pobreza geracionais, que conduzem, muitas vezes, à resignação face à sua condição de pobreza e à fraca possibilidade de (re)inserção (Almeida, 1993; Dias, 2010; Rodrigues, 2010a). Independentemente do tipo de privação que lhe está associada, a pobreza parece poder ser transversal a diferentes gerações (Lousada, 2008), aparecendo quase como um património comum que se transmite (Teixeira Fernandes, 1991; Fernandes & Carvalho, 2000). Tal como refere Teixeira Fernandes (1991), “tais são os mecanismos da sua reprodução interna, a pobreza converte-se em situação de que é difícil sair-se, não só pelo “habitus” que cria, como ainda pelo estigma que a acompanha” (p.43).

A esta conceção de pobreza intergeracional, a designada pobreza duradoura (Rodrigues et al., 1999), tem-se contraposto um outro conceito, mais atual, a nova pobreza, que derivaria das alterações ocorridas nas últimas décadas nos modelos económico-sociais e políticos dos Estados. Nesta perspetiva, a categoria dos novos pobres resultaria da degradação do mercado de trabalho, precariedade laboral e crescimento do desemprego (Lousada, 2008).

Nas últimas décadas emergiram novos grupos de pobres com perfis diferenciados, que não se caracterizam por terem percursos de vida nos quais acumularam handicaps e vulnerabilidades, mas por terem trajetórias de inserção socioprofissional ditas normais, embora se encontrem desempregados (Soares, 2009). Esta poderá ser (ou não) uma pobreza temporalmente delimitada, caso aconteça apenas em fases de desemprego que sejam reversíveis. No entanto, o carácter estrutural que tem vindo a assumir o fenómeno do desemprego torna mais ténue a passagem da dita pobreza temporária para a pobreza mais duradoura.

Paugam (2003) refere-se também ao fenómeno da nova pobreza, associando-o à degradação do mercado de trabalho (precaridade/instabilidade/desemprego de longa duração) e enfraquecimento de laços sociais (divórcios/falta de laços de solidariedade/proximidade). O desemprego de longa duração é acompanhado por um afastamento da vida social, crise de identidade, ruturas familiares/sociais, problemas de saúde, entre outros, que comumente levam à procura de serviços de ação social. Assim, o momento do desemprego vivido por segmentos da população com percursos até então estáveis ao nível do emprego pode levar a formas mais envergonhadas da pobreza (Caleiras, 2008). A noção de fragilidade é utilizada por Paugam (2003) para representar a forma como as pessoas em situação de desqualificação social poderão ter uma sensação de fracasso, interpretando-a como um sinal de inferioridade perante os outros, sobretudo quando têm de pedir ajuda aos serviços sociais. Muitas vezes podem mesmo preferir não aproximar-se dos serviços/técnicos, porque encaram isso como uma experiência humilhante, representativa de perda de dignidade/identidade/estatuto social.

Conclui-se, desta forma, que tem havido “uma crescente desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza” (Rodrigues et al., 1999, p.67). O conceito de exclusão enquadra algumas dessas dimensões que se encontram representadas na evolução do conceito de pobreza.

Foi nos anos 90 que a Comissão Europeia introduziu nos discursos a expressão exclusão social para substituir a noção de pobreza, considerando-a não como a fase final de um processo, mas o próprio processo de marginalização (Bruto da Costa, 1996). O conceito de exclusão parece ser, assim, um conceito mais recente, impondo-se no final do século XX, e que integra o conceito de pobreza, se define como um processo e não um estado, com múltiplas causas /dimensões.

De facto, sendo um fenómeno complexo e heterogéneo., para alguns autores não existe um estado de exclusão absoluto, já que o indivíduo pode viver, simultaneamente, processos de exclusão em relação a um determinado domínio da vida e de inclusão relativamente a outros níveis (Matos, 2000). Sendo um fenómeno multidimensional, nele coexistem, também, outros fenómenos sociais, como é o caso da pobreza, do desemprego, da marginalidade, da discriminação e preconceitos, etc. (Rodrigues et al., 1999).

O conceito de exclusão social tem-se generalizado no discurso político, social e mediático, designando não só uma degradação dos recursos económicos, mas também transformações e ruturas sociais. Segundo Dubar (2006), assistimos a uma crise antropológica, que afeta os comportamentos económicos, as relações sociais e as subjetividades individuais e, por consequência, os processos de exclusão.

A exclusão não é um estado, os processos de exclusão não são naturais, são realidades sociais que resultam do funcionamento/disfuncionamento das estruturas sociais. Como referido por Rodrigues e colegas (1999), “*numa perspectiva sociológica, a exclusão é, assim, o produto de um défice de coesão social global*” (p.65), pelo que questionar a problemática da exclusão implica questionar o funcionamento institucional, bem como as redes/teias/valores que sustentam a própria interação social (Soares, 2009).

O conceito de exclusão social parece adquirir um sentido mais lato que o de pobreza, já que se caracteriza por ser um processo degenerativo, no qual vários fatores e vulnerabilidades se acentuam em determinadas categorias sociais, o que pode conduzir a que determinadas pessoas se possam manter num processo de exclusão.

A exclusão social vai afetar, então, aqueles que reúnem um conjunto de “vulnerabilidades económicas, culturais e simbólicas que em contextos de desfavorecimento, crise económica, por exemplo, podem gerar mais fortes processos de exclusão de grupos sociais específicos (idosos, jovens, desempregados, entre outros)” (Rodrigues, 2000, p.180).

Segundo Bruto da Costa (1998), a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo, havendo diferentes tipos e graus de exclusão social, condicionados pelo (não) acesso a determinados sistemas básicos, nomeadamente o social, económico, institucional, territorial e as referências simbólicas. Desta forma, o autor fala de exclusões sociais, que podem ser económica (pobreza/privação múltipla por falta de recursos/más condições de vida/emprego precário/baixas qualificações); social (privação relacional/isolamento/falta de autossuficiência e autonomia pessoal); cultural (racismo/nacionalismo/exclusão de minorias étnico-culturais), patológica (fatores psicológicos/mentais) e derivada de comportamentos autodestrutivos (toxicodependência/alcoolismo/prostituição).

A exclusão traduz, então, um processo em que diferentes ruturas, insucessos, handicaps e desintegrações poderão estar manifestos e em que aspetos sociais, relacionais e simbólicos são acentuados.

Nesta problemática, as dimensões simbólicas adquirem, de facto, preponderância, quando comparadas ao conceito de pobreza. Muitas vezes a condição de excluído é imputada ao indivíduo pelo exterior, podendo encerrar em si importantes dimensões simbólicas, com um forte potencial de marginalização/estigmatização de pessoas/grupos sociais (Rodrigues, 2006).

Por outro lado, um processo de exclusão recíproca, patente no afastamento/isolamento por parte do excluído, a designada autoexclusão, também reflete esta dimensão simbólica. Como descreve Bourdieu (1998, p.7), “tem-se hoje o sentimento de que o cidadão, sentindo-se rejeitado no interior do Estado(...), rejeita o Estado, tratando-o como uma potência estranha que ele utiliza o melhor possível para os seus interesses”. O prolongar do desemprego, da exclusão, da desinserção poderão acentuar sentimentos de desencorajamento/resignação naqueles que estão excluídos, fazendo com que pareçam/se sintam supérfluos, levando-os a recorrer muitas vezes aos serviços de proteção social (Paugam, 2003). A carga pejorativa socialmente atribuída à condição de excluído e sua associação ao estatuto de beneficiário/assistido, poderá bloquear a capacidade mobilizadora de inserção socioprofissional, gerando naqueles que beneficiam de prestações sociais um sentimento de incapacidade de responder às expectativas dos outros, de alcançar uma identidade visada para si e desejada pelos outros.

Esta incapacidade parece confirmar a existência de uma dimensão simbólica da exclusão, sendo a própria sociedade, com os seus valores, que define se o indivíduo é útil, porque responde às suas expectativas através da sua situação profissional/padrões de consumo, ou se, por outro lado, não corresponde à norma instituída, sendo marginalizado/estigmatizado/desqualificado. A dimensão simbólica da exclusão resulta, assim, de e numa alteração da identidade do indivíduo, acompanhada de um sentimento de inutilidade, estreitamente vinculado à sua incapacidade de reverter a situação em que se encontra (Castel, 1999).

A rutura seria uma última fase deste processo, no qual as pessoas sentem uma série de desvantagens (laborais/saúde/alojamento/familiares, etc.), caracterizando-se por uma

forte marginalização, resultante de uma acumulação de fracassos a diferentes níveis (Paugam, 2003).

Assim, segundo Bruto da Costa (1998), apesar de não se poder:

“ignorar o papel que podem ter, no processo, (...) os próprios excluídos (...) existem situações existenciais em que a liberdade é limitada e, até, fortemente coarctada, e em que as condições necessárias ao progresso pessoal são negadas, gerando-se uma teia de círculos viciosos que se reforçam mutuamente e impedem que o pobre e o excluído se libertem das condições em que se encontram”(pp.38-39).

Na problemática da exclusão não existe, portanto, apenas uma dimensão definidora dessa condição, uma vez que estar socialmente excluído pode significar o viver de uma ou várias exclusões: estar profissionalmente desintegrado (desempregado/em situação de emprego pouco protegido/desqualificado); estar educativamente desqualificado (em termos de habilitações escolares e/ou qualificações profissionais, resultante de opções realizadas ao longo do percurso de vida ou pela não atualização de competências); ser social e simbolicamente conotado a identidades negativas/estatutos sociais desvalorizados; habitar em espaços degradados/desenraizados, etc. (Capucha, 2005).

Bruto da Costa (1996, p.20) afirma que o “pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder. Daí que o combate à pobreza implique, além do mais, a devolução de poder ao pobre”. Já Capucha (2005, p.91) refere que “estar em situação de exclusão, não é ser um ‘não membro’ da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) ‘não cidadão’, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente direitos de cidadania”. Assim, poderá ser questionado se o que separa os constructos de pobreza e exclusão social em termos de dimensões privilegiadas de análise, poderá não representar um “destino” diferente para os que (con)vivem essas problemáticas, pois ambos os fenómenos geram perdas de poder e de direitos.

Desta forma, embora frequentemente centremos as nossas concepções de pobreza e de exclusão nos indivíduos pobres e/ou excluídos, muitas vezes atribuindo-lhes as qualidades de “merecedores” e “não merecedores” (Bruto da Costa, 1998, p.38), parece incontornável que as causas destes fenómenos são, muitas vezes, sociais, pelo que a análise destes conceitos não pode ser sectorial ou incidir apenas sobre explicações fragmentadas.

3. Pobreza e exclusão social: análise de percepções pessoais sobre fenómenos sociais

Na investigação conduzida, e tendo em conta as questões que a guiam, houve uma opção clara por uma metodologia qualitativa, cujo principal objetivo é entender os sentidos/significados da ação humana (Carter & Little, 2007), através de um questionamento aberto sobre o fenómeno, no seu contexto e não tendo em conta hipóteses pré-determinadas.

As questões a que se pretendia responder prenderam-se sobretudo em perceber os como e os porquês, tendo-se dado voz às experiências/percepções de profissionais da área social, dum território específico, relativamente aos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Ao longo de 20 entrevistas semi-diretivas questionaram-se esses profissionais sobre as problemáticas da pobreza e exclusão social (O que entende por...?Quem se enquadra...?Que fatores caracterizam/explicam...?).

Com recurso ao software de análise de dados NVIVO10, procedeu-se à análise de conteúdo categorial temática dos discursos obtidos, respeitando-se um dos propósitos da investigação: dar a devida importância e visibilidade ao significado dos fenómenos por aqueles que neles se movimentam. Desta forma, mais do que realizar uma análise dos discursos produzidos pelos entrevistados houve a tentativa consciente de traduzi-los da realidade em que foram produzidos e que lhes serviu de base, para a do campo teórico que sustenta o trabalho de investigação (Terrasêca,1996).

Em termos das categorias gerais dentro das quais foram organizados os discursos é de referir que, no caso da pobreza, centraram-se mais nas conceções de pobreza e nos fatores que contribuem/são mesmo entendidos como causas para a pobreza; no que respeita a exclusão, para além da exploração das conceções desta por parte dos profissionais, e igualmente dos fatores/causas a que se associa, os discursos organizaram-se ainda em torno dos modos de caracterização do “excluído”.

Os profissionais entrevistados intervêm todos em Espinho, num de três bairros sociais, sendo que a maioria trabalha nesse concelho há mais de 10 anos, o que pode ser indicativo do seu conhecimento aprofundado sobre as problemáticas em questão nesse território, bem como da possibilidade de encontrar um olhar diacrónico sobre o território e a intervenção social, mas também de “cristalizações” do olhar sobre os fenómenos e processos de que são observadores e intervenientes há um período de tempo significativo.

Todos os entrevistados apresentaram as suas perceções sobre as dimensões da pobreza e 17 fizeram-no sobre a exclusão social.

Na análise que será agora apresentada optou-se por abordar primeiro as perceções dos profissionais no que respeita ao fenómeno da pobreza e, depois, relativamente à exclusão social. Tendo em conta que é ao nível dos significados que se pretendem enquadrar os discursos dos entrevistados e que o “material” analisado é a palavra irá recorrer-se, de forma constante, a excertos das entrevistas nesta análise.

3.1. Perceções sobre a pobreza

No que se refere às representações dos profissionais sobre o fenómeno da pobreza é perceptível uma tendência para efetuarem uma distinção entre o que consideram ser a nova pobreza e uma outra pobreza (velha pobreza?).

Da análise das entrevistas, 14 dos 20 técnicos que abordam a problemática da pobreza falam da nova pobreza resultante, sobretudo, dum contexto de crise económica em Portugal, que levou ao crescimento do número de desempregados, mas também ao aumento de situações de vida mais desfavoráveis, tendo em conta os baixos salários/rendimentos da população. Em consequência, os entrevistados falam de um novo conjunto de pessoas que recorrem aos serviços de apoio social, ainda que de forma envergonhada, ou que ainda não recorrem, mas manifestam já sinais de pobreza (ainda que escondida):

“Novos pobres acho que tem muito a ver com a questão do desemprego, temos sentido muito, há uns anos atrás, quando começou esta maior crise(...)houve um boom, de pedidos de habitação de pessoas que até aí tinham uma vida muito

organizada, pronto, tinham o dinheiro contado, mas tinham as coisas muito organizadas e, de repente, viram-se desprovidas do mínimo para pagarem as despesas básicas e essas pessoas acabaram por estar neste momento numa situação de pobreza” (Entrevistado3).

“(...)novos pobres são aqueles que realmente, até podem receber um rendimento, seja um salário mínimo, até pode receber mais que o salário mínimo, mas porque já tinha encargos de trás, ou porque tem filhos e tem de pagar os estudos aos miúdos, todos esses gastos e acabam por encaixar também um pouco nessa categoria(...)ainda não noto uma grande adesão deles a este serviço, para ser sincero, mas isso às vezes fala-se, não sei se por vergonha, se por mais resistência e não aderem, não sei se é uma questão cultural, uma questão de orgulho, de dificuldade mesmo, mas ainda não noto” (Entrevistado6).

As perceções dos entrevistados acerca do fenómeno da nova pobreza vêm ao encontro de dados obtidos noutros estudos. Segundo o INE (2014), ter um emprego não é condição suficiente para sair da pobreza, uma vez que 10,7% dos indivíduos em Portugal que trabalhavam estavam em risco de pobreza. Em 2009, num Inquérito relativo às perceções subjetivas da população residente em Portugal sobre a pobreza (Amnistia Internacional, REAPN e SOCIUS,2010), 83% dos inquiridos considerava a existência de novos grupos vulneráveis à pobreza, sobretudo os jovens à procura de primeiro emprego, mas também os trabalhadores precários (86,6% das respostas). Por outro lado, a causa mais referida para a pobreza foram os baixos salários (45,4%).

Também em 2009, num Inquérito sobre a Pobreza e Exclusão Social do Eurobarómetro (Comissão Europeia,2009), os aspetos mais identificados para explicar a razão pela qual as pessoas são pobres foram o desemprego elevado e os baixos salários (61 % e 49 % respetivamente), aspetos que, em média, foram também os mais citados nos países europeus envolvidos pelo inquérito.

Para além da vulnerabilidade económica que este novo grupo apresenta, os profissionais entrevistados falam também de uma pobreza envergonhada/escondida, fenómeno referido aquando da revisão da literatura. Desta forma, as representações dos profissionais entrevistados sobre o fenómeno da designada nova pobreza, na qual identificam quer aspetos macroeconómicos (desemprego/baixos salários) e sociais (contexto de crise), quer aspetos pessoais (pobreza escondida/envergonhada) parecem acompanhar os diversos estudos e literatura que aborda também esta temática.

Contrapondo-se à noção de nova pobreza surge a perceção de uma pobreza com carácter intergeracional. Ainda que apenas referida por três entrevistados, não deixa de ser significativa a referência ao que é entendido como uma “cultura de pobreza”, fenómeno considerado, muitas vezes, geracional e baseado na acomodação a um determinado padrão de vida:

“Claro que depois às vezes há uma questão geracional porque eles não valorizam aquilo que nós valorizamos e isso também os coloca numa situação de pobreza. (...) nós temos aquelas situações de pobreza que se arrastam, que são geracionais, os pais já eram, e nunca tiveram acesso àquilo que as outras pessoas tiveram acesso e não saem dessa situação(...)” (Entrevistado3).

“(...)são coisas que às vezes me revoltam que é esta cultura que muitas vezes nós vemos, e nos bairros sociais às vezes encontra-se muito, esta cultura de pobreza que incute na socialização, na altura que se estão a criar os nossos filhos e que se incute que as coisas caem do céu, o que não é verdade (...). Eu acho que a pobreza é muito cultural, é social...” (Entrevistado11).

Apesar desta distinção, mais de metade dos profissionais consideram que a pobreza assenta numa multiplicidade de fatores que se interligam. Nesta dimensão de análise foram considerados todos os entrevistados que identificaram mais do que um fator para designarem/explicarem a pobreza. Contudo, a maioria dos fatores assinalados é colocada em relação com um fator preponderante: a falta de recursos económicos:

“(...) É assim, nós podemos ter falta de recursos e aí estamos a falar, pronto, de uma pobreza em termos económicos, porque temos falta de recursos (...) normalmente quando falamos de falta de recursos falamos de recursos económicos e que os recursos económicos nos dão acesso a várias coisas, é verdade, pronto, e isso é o que salta mais à vista em termos de pobreza” (Entrevistado10).

Assim, muitos dos entrevistados, ao privilegiarem esta dimensão, assumem uma noção de pobreza relativa, abstraindo-se de conceitos mais vastos como a exclusão social (Alves,2009). Contudo, como referido, os profissionais associam vários fatores à pobreza, nomeadamente a falta de recursos económicos e as situações de desemprego ou de baixas reformas:

“Pois são as pessoas que não se conseguem valer pelos seus próprios meios, não vivem pelo seu trabalho, é assim, que deixaram de ter fontes de rendimento” (Entrevistado2).

“(...) temos algumas pessoas que tinham uma vidinha mais ou menos equilibrada e que o desemprego veio trazer muitas dificuldades(...)que trabalharam uma vida inteira, até pessoas que efetivamente ficaram desempregadas e se reformaram e cujas reformas são muito baixas” (Entrevistado12).

De facto, ainda que as experiências de desemprego e de pobreza não se sobreponham necessariamente, elas podem cruzar-se (Caleiras,2008). Se considerarmos que os entrevistados parecem mais centrados na dimensão económica da pobreza, parece razoável que identifiquem simultaneamente o desemprego e as baixas reformas como potenciadores dessa falta de recursos económicos.

Atendendo aos dados do INE (2014), se, em 2013, 19,5% da população se encontrava em situação de pobreza, este risco quase duplica para a população desempregada (40,5%), enquanto para os reformados/pensionistas é de 26,7%. Assim, estes e outros dados dos diferentes estudos já anteriormente apresentados, mostram que o desemprego conduz a uma maior probabilidade de ingressar numa situação de pobreza.

No entanto, para os entrevistados, outros fatores também se interligam com a falta de recursos económicos, pois muitas das situações de pobreza aliam à falta de recursos económicos a falta de acesso a bens essenciais e/ou a serviços:

“(...) entendo que pobreza é as pessoas não terem acesso a um conjunto de bens essenciais, que as coloca um bocadinho à margem” (Entrevistado3).

“(...) eu considero que pobreza é aquela pessoa que efetivamente não tem condições financeiras mínimas para conseguir ter uma vida condigna, e quando eu digo uma vida condigna é uma pessoa que tenha as necessidades básicas satisfeitas: alimentação, a higiene e a habitação” (Entrevistado5).

“(...) podíamos falar de pobreza, por exemplo, não termos acesso a determinados serviços, não só de formação, mas de outros tipos de serviços e há áreas territoriais ou geográficas que são pobres também por isso, por não terem acesso (...)” (Entrevistado6).

Analisando alguns estudos (Amnistia Internacional, REAPN e SOCIUS, 2009; Comissão Europeia, 2009), verifica-se que os sinais de pobreza que também são mais mencionados pelos inquiridos e que se baseiam na sua noção de pobreza são não ter os bens básicos necessários para viver (água, luz, casa de banho, alimentos, abrigo, vestuário, etc.). Outro fator referido por seis dos profissionais de Espinho, em interligação com a ausência de recursos económicos, foi a falta de capacidade de gestão dos recursos/de mobilização das pessoas pobres:

“(...) pobreza às vezes de não saber mexer-se, de não saber pedir (...) para mim acho que isso é uma pobreza...” (Entrevistado11).

“Eu acho que não considero pobreza de espírito neste comportamento, porque eu acho que é não saber gerir, não ter capacidade para gerir e nós efetivamente temos muitos pobres que, apesar de terem os recursos, não têm competências nem capacidades para gerir” (Entrevistado5).

Assim, ao considerarem esta dimensão, a questão da pobreza não teria só a ver com ausência de recursos, mas também com vulnerabilidades individuais que impedem a concretização das suas necessidades (Berthoud & Zantomio, 2008). As causas da pobreza estariam não só no contexto macrosocial, como também num nível mais individual/relacional. Ao acentuar a associação da pobreza a fragilidades individuais, estes discursos deixam transparecer uma conceção atomizada e hiper-responsabilizadora do indivíduo, do mesmo passo que contribuem para a invisibilização das circunstâncias sociais que os enquadram.

Cinco dos entrevistados referem a questão mais relacional, considerando que, muitas vezes, a pobreza também é a ausência de laços sociais:

“(...)depois temos as outras situações de pobreza, pobreza social, em que as pessoas até estão bem a nível económico mas que não têm socialização nenhuma, em isolamento extremo...”(Entrevistado7).

Estaríamos aqui numa situação de pobreza encarada como privação múltipla em diversos domínios das necessidades e que pode afetar os aspetos pessoais/relacionais do indivíduo (Bruto da Costa, 1998). Assim entendida, a pobreza pode ser encarada como a incapacidade de mobilizar meios materiais e não-materiais, que permitam satisfazer necessidades básicas e intermédias (Rodrigues, 2010b).

Apesar da tentativa de fazermos uma análise que cruza a falta de recursos económicos com outras dimensões/causas da pobreza, a verdade é que, como referido, a maioria dos técnicos não identifica somente um fator/causa que caracterize o fenómeno da pobreza, mas antes considera-a como um problema multidimensional, que abarca questões económicas, sociais e pessoais:

“Pobreza para mim tem vários vetores, não é, falta de retaguarda familiar, falta de profissão, falta, claro, de dinheiro, isso como limite máximo, falta de expectativas de vida, falta de escolaridade...acho que é um conjunto de fatores que me dá uma equação de pobreza” (Entrevistado1).

“A pobreza é condicionada por um conjunto de fatores, que na minha opinião não são os fatores económicos (...) é a falta de recursos financeiros, é a falta de formação académica, é muitas vezes também a ausência de algumas competências pessoais e sociais (...)” (Entrevistado14).

“(...) na minha opinião a pobreza tem muito que se lhe diga; esse conceito tem a ver com fatores que estão interligados, mas que passa de um fator económico para um

fator emocional, para um fator psicológico, sei lá, tanta coisa à volta da pobreza...” (Entrevistado19).

Esta perspetiva é consonante com a definição de pobreza adotada pela Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas, segundo a qual:

“(...)a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (Bruto da Costa, 2008).

As respostas às questões “O que é a pobreza?”, “Quem são os pobres?” e “Quais os fatores explicativos?” não são estanques entre si, pelo que frequentemente se confunde a definição do conceito com as causas que o motivam ou com os indivíduos que nela se encontram. Desta forma, na análise dos discursos sobre a pobreza, mais do que uma tentativa de organizar a informação de acordo com as perguntas iniciais, respeitou-se as respostas dos entrevistados e a forma como, nos seus discursos, se interligavam as suas perceções. Assumiu-se, assim, uma conceção de respeito pelo material recolhido e, acima de tudo, respeito pelos discursos dos sujeitos.

3.2. Perceções sobre a exclusão social

Na análise efetuada às entrevistas existe uma multiplicidade de dimensões que os profissionais associam à exclusão, o que parece vir de encontro às conceções apresentadas aquando da revisão bibliográfica, na qual se concluiu acerca da complexidade/multidimensionalidade deste fenómeno.

Ao nível dos fatores que condicionam a entrada e/ou permanência na situação de exclusão foram referidos pelos entrevistados alguns já identificados aquando da abordagem ao conceito de pobreza. Como exemplo são identificadas as baixas habilitações escolares (que conduzem/condicionam a vivência da exclusão social), a situação de desemprego e também as situações de privação social, nomeadamente o acesso/uso de um conjunto de serviços:

“Exclusão social será mais interessante e mais fácil de definir (...) famílias que não têm as mesmas oportunidades ou o mesmo acesso àquilo que as outras pessoas conseguem, em comparação ao que as outras pessoas conseguem ter. E não é só em termos económicos, em termos de acesso à cultura, a outros serviços, que lhes é muito mais difícil ter acesso. (...) É fácil, mais ou menos fácil diagnosticar situações de exclusão social, porque conseguimos perceber essas limitações no acesso àquilo que se diz que a maioria da população consegue aceder” (Entrevistado18).

“Pronto, eu acho que para mim a exclusão social está muito relacionada com o desemprego (...) E as baixas habilitações (...) temos muita gente que não tem sequer o 1º ciclo. Não sabem ler nem escrever e depois a informação que falta, às vezes nem sequer percebem a informação que lhes é transmitida, por exemplo (...)E isso provoca exclusão social, não é, porque por exemplo, eles vão a uma sessão de esclarecimento, imagine, de uma formação ou de uma oferta de emprego ou qualquer coisa...se não conseguirem perceber tudo o que é transmitido...” (Entrevistado20).

De facto, estes fatores frequentemente surgem interligados quando se analisam as situações de exclusão social, já que baixos índices de escolaridade e/ou qualificação

profissionais são muitas vezes obstáculos ao emprego, podendo conduzir à situação de exclusão (Rodrigues, 2006; Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

Percebe-se, assim, pelas palavras dos profissionais que eles sentem que é, muitas vezes, a acumulação de handicaps (exclusão laboral/baixas qualificações/falta de acesso a serviços/recursos) que aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias sociais à situação de exclusão social (Dias, 2010).

É precisamente ao nível da identificação de grupos de excluídos que é notória uma grande distinção relativamente ao conceito de pobreza/quem são os pobres. Ao responderem à questão “Quem são os excluídos?”, 11 dos profissionais abarcaram diferentes sujeitos:

“(...) neste momento o que nós vimos assim de excluídos, por exemplo, os nossos idosos(...)que estão sozinhos, isso é exclusão, o isolamento é exclusão” (Entrevistado11).

“Problemas de saúde mental é outro motivo que provoca a exclusão social; deficiências provocam exclusão social (...)” (Entrevistado12).

“(...) eu acho que hoje no século XXI, mesmo os licenciados são excluídos. Eu acho que a própria sociedade se exclui a ela, não é no seu todo, mas a nichos, a bocados da sua sociedade está a excluí-la” (Entrevistado3).

Idosos, pessoas com incapacidades, licenciados... Grupos heterogêneos ou categorias sociais? Perante a inclusão de perfis tão diferenciados, considera-se provável que não exista aqui um autorreconhecimento coletivo e identitário que define os grupos sociais (Almeida, 1993), pelo que poderá considerar-se que a conceção de grupos de excluídos pressupõe não uma homogeneidade, mas poderá decorrer da identificação de fragilidades/vulnerabilidades diversas nestes grupos e que acentuam as questões de desigualdade e exclusão (Botelho, 2010).

A integração nos designados “excluídos” de segmentos sociais muito diversos não se realiza apenas pelos profissionais entrevistados, uma vez que muitas vezes se observa uma tendência para considerar que todos os que estejam numa situação de desvantagem são potenciais excluídos, podendo aqui entrar as questões étnicas, comportamentais, cognitivas, etc. No entanto, tal como defendido por Oliveira (1997), estes segmentos parecem constituir grupos tradicionalmente chamados de minorias, podendo ser, por várias razões, classificados como excluídos. No entanto, o autor considera que esta tendência acaba por ser injusta, já que não tem em conta a situação económica de quem se designa de excluído, nem a forma como a exclusão afeta esses diferentes grupos, podendo não ter a mesma origem, forma de manifestação ou tratamento social.

Isto é notório nas entrevistas, uma vez que, quando identificam diferentes grupos de excluídos, os profissionais dão sempre justificações com teores diferentes, ora assentes no afastamento do mercado de trabalho (no caso dos licenciados desempregados), ora em questões mais relacionais como o isolamento (nos idosos), ora em fatores culturais, como é o caso dos preconceitos (pessoas com incapacidade). Assim, vemos que na resposta à questão “Quem considera serem as pessoas excluídas?”, os profissionais abrangeram diferentes exclusões sociais, seguindo algumas categorias identificadas por Bruto da Costa (1998), o que vem reforçar a pertinência da perspetiva teórica deste autor, que encontra eco nas vozes destes atores sociais.

Outra questão de pertinente análise tem a ver com aquilo que designamos de autoexclusão. Se os técnicos identificaram como grupos de excluídos idosos, licenciados

desempregados, doentes mentais e pessoas com deficiência, também identificaram grupos específicos que, segundo as suas perceções, se autoexcluem socialmente:

“(...) eu acho que cada vez mais sou racista à custa dos ciganos, não é?(...) acho que a etnia cigana é uma minoria que de minoria tem pouco. Eles têm todos os recursos, têm todas as capacidades para serem iguais ou muito melhores do que nós, eles têm enriquecimentos culturais e capacidades (...).Só que eles desaproveitam e não querem-se esforçar para tal(...).Eles excluem-nos muito mais do que nós a eles” (Entrevistado1).

“(...) exclusão social também se pode ver de várias formas, há exclusão social que é mesmo provocada pela pessoa, porque se exclui, nem pensam em mais nada, metem-se em coisas que não deviam, na bebida e assim, e põem-se à parte e não querem saber e há muitas pessoas que querem aquela própria vida, os sem-abrigo, há sem-abrigo que querem aquela vida, que não querem outra vida, não querem ter obrigações, não querem ter nada, escolheram aquela vida...” (Entrevistado17).

Como se pode constatar pela leitura dos excertos, nesta categoria de autoexclusão, os profissionais colocam as pessoas de etnia cigana e pessoas em situação de dependência/vulnerabilidade social, aqueles que, segundo os entrevistados, escolheram excluir-se socialmente. Está aqui presente uma associação de qualidades negativas atribuídas a estes grupos, considerando que, ora são excluídos porque adotaram comportamentos tidos como inadequados e impróprios, ora porque pertencem a uma etnia específica. Se um dos critérios tomados como essenciais quando se fala em exclusão social é o da reversibilidade desses comportamentos, isto é, o de saber se existe a capacidade de agir diferentemente no futuro em direção à inclusão (Almeida,1993), quando se analisa os discursos dos profissionais percebe-se que eles se centram sobretudo em características pessoais/culturais que são consideradas mais deterministas do que reversíveis. Nesta ideia de quase determinismo, parece-se considerar que as pessoas excluídas são incapazes de sair dessa situação de exclusão (Capucha, 2010).

Desta forma, determinados grupos de excluídos poderão, de facto, sofrer a ação de uma espiral crescente de rejeição, que poderá mesmo culminar na incorporação de um sentimento de autoexclusão (Rodrigues et al.,1999).

Esta questão é tão mais interessante quando se verifica que existem outros técnicos que, ao falarem sobre as suas representações sobre a exclusão social, abordam a questão dos preconceitos/estereótipos da sociedade relativamente a grupos específicos (etnia cigana) e zonas territoriais (bairros sociais).

A abordagem às questões dos preconceitos e estereótipos quando se fala em exclusão social poderá advir da dimensão simbólica deste fenómeno, tal como descrito na revisão bibliográfica. Quando analisamos as entrevistas, percebe-se que os profissionais consideram que a exclusão é motivada, mas também motiva estereótipos/preconceitos, verbalizando frequentemente a palavra rótulo para falar das causas da exclusão:

“A exclusão social (...)pode ter a ver com questões relacionadas com a autoestima, com rótulos anteriores que não estão necessariamente associados com situações de pobreza, pode ter a ver com questões familiares(...) zonas de habitação, étnicas(...)” (Entrevistada8).

“Muita gente efetivamente sente o fenómeno da exclusão não por serem pobres, não é, mas simplesmente por rotularem essas pessoas” (Entrevistado16).

De facto, muitas vezes o acesso ao emprego, à educação, à própria sociedade é impedido pelas imagens/representações sociais criadas acerca de determinadas

categorias da população, podendo ser o preconceito, a segregação social e a marginalização obstáculos à saída do processo de exclusão (Dias, 2010). Tal como os indivíduos, também os territórios podem enfrentar processos de exclusão (Monteiro, 2011), muitas vezes tornando-se em lugares simultaneamente excluídos e excludentes (Rodrigues, 2002). Os territórios aqui referenciados pelos entrevistados são os bairros sociais nos quais habitam a maioria dos grupos que foram identificando como autoexcluídos, não se falando das questões mais urbanísticas/habitacionais desses lugares, mas das cargas simbólicas que lhes estão associadas e que sustentam os processos de exclusão (Botelho, 2010):

“Há 12 anos que eu aqui estou (...) lutamos continuamente contra chegarmos a qualquer sítio e ouvimos “Pois, são do bairro”(...)e eu falo por mim, há 12 anos quando eu aqui cheguei(...)Eu cheguei com receio de vir trabalhar para um bairro social(...)” (Entrevistado12).

“(...)mesmo as próprias professoras(...)rotulam e dizem “Ah, aquele é do bairro” e isso ainda há e isso é que eu acho que é exclusão” (Entrevistado15).

Também a questão da exclusão poder ser geracional é abordada pelos técnicos, associando-se, por exemplo, a questão de se residir num bairro com pessoas com problemáticas semelhantes à impossibilidade de convivência com modelos distintos:

“(...)a habitação social exclui (...)Tira as pessoas do centro da cidade, não é; agrega as pessoas que têm o mesmo tipo de problemas todas no mesmo sítio...O exemplo, porque a maior parte de nós vive do exemplo, não é? Diz-se que a melhor forma de educar um filho é dar-lhe o exemplo não é? Eles não têm exemplos diferentes...Se é tudo igual as pessoas tendem a viver ali um pouquinho no mesmo registo, eu acho...” (Entrevistado20).

“É um conceito que muitas vezes é intergeracional (...) lido mais, de facto, com pessoas que são subsidiodependentes e os seus pais se não eram subsidiodependentes eram mais ou menos a mesma coisa, pronto, já eram uma geração já excluída também, pronto, acho que é um conceito um bocadinho intergeracional (...)” (Entrevistado2).

Esta perspetiva de que a exclusão pode ser geracional parece estar na linha da corrente culturalista, que considera que os processos de exclusão resultam de causas essencialmente internas, sendo a responsabilidade individual e, simultaneamente, familiar (Rodrigues, 2006).

Da análise destas 20 entrevistas é perceptível que a exclusão social parece ser encarada como um fenómeno multidimensional, havendo um conjunto de dimensões interligadas que contribuem para a produção das situações de exclusão e dos excluídos. A dimensão simbólica desta problemática diferencia-se da conceção de pobreza, ainda que muitas vezes se identifiquem fatores/causas comuns a ambos os fenómenos.

4. Considerações sobre as visões de pobreza e de exclusão social

Este artigo propôs-se debater os fenómenos da pobreza e exclusão social, tomando como analisadores diferentes conceções/discursos sobre estas problemáticas. Assegurar a tradução da complexidade de problemáticas sociais pressupõe a interpelação entre diferentes discursos sobre os mesmos fenómenos/objetos, já que é do seu confronto que poderemos produzir um conhecimento mais complexo.

Considerando-se que a compreensão dos fenómenos da pobreza e exclusão social deverá passar não apenas pela análise de dados ditos mais objetivos, porque ancorados numa racionalidade estatística, mas também de percepções subjetivas e individuais, afigurou-se como pertinente contactar diretamente com atores que se movimentam no cenário destas problemáticas, ainda que num contexto específico.

Ao tentarmos colocar em diálogo diferentes fontes de conhecimento sobre estes fenómenos, algumas considerações afiguram-se como pertinentes. O discurso dos profissionais entrevistados sobre estas problemáticas não colide com as conceitualizações mais teóricas apresentadas, percebendo-se a existência de coincidência/proximidade entre aquilo que é pensado sobre estes fenómenos e o que é experienciado pelos profissionais.

A pobreza e a exclusão social são conceitos complexos, multidimensionais e multicausais. Ao nível da conceitualização de pobreza, e ainda que nas entrevistas não tenham sido nomeadas as dicotomias pobreza relativa/absoluta, temporária/duradoura e velha/nova, estas foram claramente descritas pelos profissionais. As múltiplas privações foram apresentadas como características da pobreza e diferentes vulnerabilidades foram associadas àqueles considerados como os pobres. Tal como a tendência para que o discurso político se centre mais nas dimensões relativas da pobreza, também os entrevistados privilegiaram a dimensão da privação económica como um fator/causa preponderante da pobreza. No entanto, também houve o reconhecimento de que a privação na pobreza não é apenas material, havendo manifestações de vulnerabilidades pessoais que condicionam a própria vivência e envolvência das pessoas na pobreza.

Por outro lado, quer na revisão bibliográfica, quer nos discursos dos profissionais entrevistados foi efetuada uma clara diferenciação entre os conceitos de nova pobreza/pobreza envergonhada, para as quais contribuem fatores socioeconómicos (contexto de crise/desemprego/baixos salários) e que pode ser transitória ou vir-se a tornar estrutural para muitos daqueles que a vivem; e um outro estado de pobreza mais estrutural/geracional/duradoura, com características mais imputadas às próprias pessoas, conferindo-se um maior ou menor peso à responsabilização individual pela permanência nesse cenário (acomodação/falta de capacidade de gestão ou mobilização/intergeracionalidade/problemas pessoais ou mentais).

Estas percepções vão no sentido daquelas demonstradas por profissionais da área social, num estudo conduzido pela EAPN (2015), no qual se concluiu que apresentavam imagens distintas sobre a pobreza mais tradicional e a nova pobreza, sendo a primeira mais associada à transmissão intergeracional, subsidiodependência e acomodação, enquanto a segunda estaria mais relacionada com causas macrossociais e sentimentos de vergonha, havendo uma visão mais benevolente sobre os novos pobres.

Embora não se possa claramente identificar nas entrevistas conduzidas aos profissionais em Espinho, uma classificação distintiva entre “bom pobre” e “mau pobre” (Fernandes & Carvalho, 2000), talvez seja importante realçar os efeitos perniciosos de um discurso como o que sustenta a ideia de uma cultura, e ainda por cima multigeracional, de pobreza, que deixa transparecer um certo “fatalismo sociológico”, ainda que seja associada tanto a propriedades individuais/familiares, como, de forma mais relativizada, à inacessibilidade a oportunidades que se reconhecem como podendo ser importantes para a transformação desta condição.

Relativamente à exclusão social, foram identificadas causas comuns à situação de pobreza, nomeadamente a questão das vulnerabilidades pessoais, laborais e

educacionais. Contudo, tal como na literatura se considera o fenómeno da exclusão social como mais abrangente que o de pobreza, integrando-a muitas vezes, também se entende que os profissionais do concelho de Espinho percecionam a exclusão como uma problemática mais complexa.

Muitas das dimensões identificadas pelos entrevistados relativamente à exclusão social centraram-se em perceções mais pessoais e com uma forte componente simbólica. Foram identificados vários grupos socialmente excluídos, com características distintas (heterogeneidade); grupos de pessoas que se autoexcluem; preconceitos e estereótipos condicionantes da exclusão social e fatores familiares que a constituem, muitas vezes, como fenómeno intergeracional. É precisamente esta dimensão simbólica da exclusão que mais a distingue da conceção de pobreza no discurso dos profissionais. Esta dimensão simbólica (não evidente no conceito de pobreza) faz derivar das representações e experiências pessoais, categorizações sociais.

Assim, mesmo admitindo que o que se pediu aos profissionais os pode ter conduzido à definição de classificações e qualificações sobre as problemáticas da pobreza e exclusão social, consideramos que as suas perceções estão dotadas de grande relevância social, uma vez que são estes técnicos que (con)vivem com aqueles considerados pobres e excluídos.

O objetivo desta investigação e, conseqüentemente, deste artigo, é compreender e não tanto quantificar. As perceções e representações dos indivíduos não são regularidades objetivas, não constituem nenhum padrão, não são leis gerais, nem existem ligadas a tendências lineares de causa-efeito. São múltiplos os fatores e as variáveis que interferem e constroem estas representações, pelo que a questão da representatividade perde o sentido em proveito da qualidade do próprio caso (Mucchielli, 2002, cit. Cavaco, 2008). Desta forma, da análise de diferentes discursos sobre a pobreza e exclusão social, compreende-se que estas são problemáticas que, embora distintas e distinguidas, têm ambas múltiplas causas e abrangem diferentes atores, refletindo a própria complexidade destes fenómenos sociais.

5. Referências Bibliográficas

- Almeida, J. (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões. *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 4^o-5^o, 829-834
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Primavera, 125-154
- Alvino-Borba, A. & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social e Sociedade*, n.106, abr./jun, 219-240. Retirado em janeiro de 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-66282011000200003&lng=pt&nrm=is&tlng=pt
- Amaro, S. (2009). *Entre o Rendimento Social de Inserção e as Novas Oportunidades: posicionamento face às medidas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras-Universidade do Porto, Portugal
- Amnistia Internacional, REAPN & SOCIUS (2010). *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal. Algumas considerações e recomendações*. Lisboa: REAPN/AI
- Berger, G. (2009). A investigação em educação-Modelos socioepistemológicos e inserção institucional. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 28, 175-192
- Berthoud, R. & Zantomio, F. (Eds.) (2008). *Measuring poverty: seven key issues*. Colchester: Institute for Social and Economic Research

- Botelho, A. (2010). *As políticas sociais para a inserção em grupos em desvantagem face aos mercados de trabalho: a génese da resposta sistémica do estado Português*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras:Celta
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa:Gradiva
- Bruto da Costa, A. (coord.) (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva
- Caleiras, J. (2008). Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos. *Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas-E-cadernos CES*,2. Retirado em fevereiro de 2015 de <http://eces.revues.org/1472>
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras:Celta
- Capucha, L. (2010). Inovação e justiça social-Políticas activas para a inclusão selectiva. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 63,25-50
- Carter, S. & Little, M. (2007). Justifying Knowledge, Justifying Method, Taking Action: Epistemologies, Methodologies, and Methods in Qualitative Research. *Qualitative Health Research*, 17,1316-1328. Retirado em abril de 2009 de <http://qhr.sagepub.com/cgi/content/abstract/17/10/1316>
- Castel, R. (1999). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard
- Cavaco, C. (2008). *Adultos pouco escolarizados – diversidade e interdependência de lógicas de formação*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação-Universidade de Lisboa, Portugal.
- Comissão Europeia (2009). Inquérito Eurobarómetro sobre pobreza e exclusão social. Retirado de <http://ec.europa.eu/social/publications> em janeiro de 2014
- Dias, M. (2010). *Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção: trajectórias sociais e processos de inclusão*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letra-Universidade do Porto, Portugal
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades – A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento
- EAPN (2015). Bem-me-quer, Mal-me-quer. O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal. *EM ANÁLISE*, nº 25,março. Retirado em maio de 2015 de http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=452
- Fernandes, J. & Carvalho, M. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos-os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade & Culturas*,14,59-87. Retirado em Fevereiro de 2014 de <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-4-luis.pdf>
- Hespanha, P. & Matos, A. (2000). Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas ativas de emprego. *Sociologias*, ano 2,nº 4, jul/dez,88-109. Retirado em junho de 2011 de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a05.pdf>
- INE (2014). Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos 2014. Retirado em maio de 2015 de https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=225484657&att_display=n&att_download=y
- Lousada, P. (2008). *Contributo para o estudo sociológico dos percursos de inserção profissional dos beneficiários de rendimento mínimo garantido/rendimento social de inserção, em idade activa – estudo comparativo entre meio urbano e rural*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia-Universidade do Porto, Portugal.
- Matos, A. (2000). *Activação, Desemprego e Cidadania: para uma avaliação crítica das políticas sociais activas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia-Universidade de Coimbra, Portugal.
- Monteiro, A. (2011). Autonomia e co-responsabilidade ou o lugar da Educação de Adultos na luta pela inclusão social. *Revista Lusófona de Educação*,19, 67-83.

- Oliveira, L. (1997). Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, vol.12,n.33. Retirado em março de 2015 de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora
- Rego, R. (2010). Percepções da pobreza em Portugal – resultados do inquérito REAPN/Amnistia Internacional. *Sociedade e Trabalho*, 41, Maio/Agosto, 243-253.
- Rodrigues, C. (2009). O RSI em Portugal - o impacto do RSI na distribuição do rendimento e exclusão. In *Atas do "Seminário Europeu "RSI - um direito à integração social"*, Lisboa, 16 março, 2009.
- Rodrigues, E. (2000). O Estado-Providência e os Processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, n.º10,173-200.
- Rodrigues, E. (2006). *Escassos Caminhos - Os processos de imobilização social dos beneficiários do R.M.G. em Vila Nova de Gaia*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras-Universidade do Porto, Portugal.
- Rodrigues, E. (2010a). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX,191-230.
- Rodrigues, E.; Samagaio, F.; Ferreira, H.; Mendes, M. & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, n.º 9,63-101
- Rodrigues, F. (2002). Pobreza e exclusão social: debates com consequências para a agenda de cidadania. In *Atas do VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa,8-11, Oct., 2002.
- Rodrigues, J. (2010b). Acção contra a pobreza em áreas urbanas em "crise": desafios e possibilidades. *Sociedade e Trabalho*, 41, Maio/Agosto,9-25
- Soares, M. (2009). *E se o presente nos fecha os olhos para o futuro? A inserção profissional face à exclusão sócio-profissional*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras-Universidade de Porto,Portugal
- Teixeira, E. (2012) Breaking women's social exclusion cycle? Social and education professionals' perspectives on Social Insertion Income beneficiaries. In P. Cunningham & N. Fretwell (eds.), *Creating Communities: Local, National and Global* (768-781). London: CiCe
- Teixeira Fernandes, A. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, nº1,9-66.